

O Brasil deitado em berço esplêndido

As reservas e o novo Código de Mineração deixam o País em situação privilegiada na disputa pelos investimentos estrangeiros

Vicente Nunes
 Da equipe do Correio

Distante do capital estrangeiro desde 1988, quando a Constituição restringiu a exploração do solo brasileiro, o setor mineral está despontando como uma das principais portas de entrada de dinheiro no país. Sem modéstia, o secretário Nacional de Minas e Metalurgia, Giovanni Toniatti, faz as contas e garante que, nos próximos 15 anos, o Brasil receberá investimentos de US\$ 35 bilhões. Exagero? O diretor-financeiro da maior mineradora do mundo, a anglo-australiana RTZ, Júlio Carvalho, acha que não. Desde, é claro, que haja estabilidade econômica e jurídica. Por terem retornado a longo prazo, os investimentos em mineração não podem conviver com mudanças constantes de regras.

PREVISÃO

Em 15 anos, o setor mineral deve receber investimentos em torno de

US\$ 35

bilhões

das em operar no país. Hoje, já são mais de cem empresas, grupo de inclui as maiores mineradoras do mundo. "Agora, para atuar em qualquer área de mineração, basta que as companhias registrem seus documentos nas juntas comerciais de onde vão operar", diz. Antes, era exigido registro prévio no DNPMP, que demorava até um ano para ser liberado.

RECORDE EM PESQUISAS
 O potencial mineral do Brasil, segundo Luciano Borges, só é comparável atualmente aos da Argentina, Chile e Peru. É que os grandes países produtores, como a Austrália, o Canadá e a África do Sul, estão com as suas reservas se exaurindo e aumentam, a cada dia, as restrições ambientais. "Com isso, o capital de risco se sente estimulado a buscar novas possibilidades de ganhos", reforça Miguel Nazarrete. Ele conta que, no ano passado, o país registrou investimentos recordes em pesquisas. Foram expedidos seis mil alvarás, praticamente o dobro da média anual de 3.273 alvarás dos últimos dez anos. Os investimentos totalizaram US\$ 120 milhões — até 1994, pouco mais de R\$ 50 milhões iam para as pesquisas por ano.

"As pesquisas são fundamentais para aumentar a disponibilidade de minas a serem exploradas e servem para reforçar, junto aos investidores, a imagem de que o Brasil está vivendo um novo ciclo mineral", informa Giovanni Toniatti. A maior parte do dinheiro, segundo ele, está indo para as pesquisas de minas de ouro, por ser um produto mais fácil de transportar e de comercializar. Mas também está atraindo a atenção dos mineradores a exploração de diamantes, sobretudo na região Amazônica, e de minerais básicos



como o cobre e o níquel. Pelas contas do DNPMP, o Brasil produz hoje 70 toneladas de ouro por ano. Com os investimentos que estão em andamento, Miguel Nazarrete aposta que, no mínimo, o País estará extraindo 120 toneladas anuais do metal até o ano 2010. "Essa previsão, no entanto, é tímida. Se falarmos em produção de até 170 toneladas de ouro por ano, em 2010, não estamos exagerando", afirma o diretor do DNPMP. A expectativa de produção maior passa, porém, por mudanças do perfil da extração do metal. Atualmente, 40 das 70 toneladas de ouro são produzidas pelas empresas e outros 30 pelos garimpos. Mas a atividade dos garimpeiros tende a desaparecer nos próximos anos. É que as reservas a céu aberto, que não exigem grandes técnicas, estão se esgotando. Sem recursos, os garimpeiros não terão como explorar o subsolo. As minas passarão, então, a ser tocadas pelas mineradoras, como já ocorre nos principais centros produtores de minérios do mundo.

PROBLEMAS SOCIAIS
 Há uma corrente dentro do governo admitindo que o fim dos garimpos poderá provocar convulsões sociais em algumas regiões do país. As brigas no ano passado envolvendo os garimpeiros e a Companhia Vale do Rio, por causa da mina de ouro de Serra Leste, no Pará, reforçam essa tese. Outra ala acredita, entretanto, que boa parte dos garimpeiros acabará sendo absorvida pelas mineradoras ou por atividades paralelas que

sempre surgem em volta das minas, como o comércio. Para os técnicos do DNPMP, o mais importante nessa história é que o fim do garimpo trará um importante ganho de recursos para o governo. As estimativas do órgão indicam que, por causa dos garimpos clandestinos, o Brasil perde mais de US\$ 2 bilhões por ano. O exemplo mais comum para ilustrar essa evasão é o fato de o Uruguai ser um dos maiores exportadores de ouro do mundo, apesar de não ter sequer uma mina do metal. Outro mercado clandestino muito forte é o de gemas, areia e argila vermelha, produtos consumidos pelos fabricantes de jóias e pela construção civil. É importante ressaltar, segundo os técnicos do DNPMP, que o gover-

no acaba contribuindo para o mercado informal de minerais, pois o Brasil é o único país do mundo que taxa, por exemplo, as pedras preciosas, por meio do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e de Serviços (ICMS) — os percentuais variam de um estado para outro, mas podem chegar a 25%. Com 300 fiscais para fiscalizar todo o parque produtivo mineral, o DNPMP não consegue conter a evasão fiscal.

PROJETOS AMBICIOSOS
 No mapa de investimentos traçado pelo DNPMP, pelo menos um chama a atenção por sua ambição. Trata-se do Projeto Salobo, uma parceria da Vale do Rio Doce com o BNDES e a Mineração Morro Velho (leia-se, grupo Anglo American). Para extrair o ouro e o cobre descobertos em 1977 pela Docegeco, empresa de pesquisas da Vale, serão consumidos R\$ 1,5 bilhão em quatro anos.

Pode parecer um número exagerado, mas diante do potencial de retorno do empreendimento que está em construção, os donos da mina, encravada no meio da Floresta Nacional do Tabirapé Aquiri, a 70 quilômetros de Carajás, não tem do que reclamar. Muito pelo contrário. O tempo de vida do Projeto Salobo está estimado em 33 anos. Levando-se em conta que o faturamento anual será de R\$ 550 milhões por ano, em quatro anos os investimentos estarão pagos.

Para garantir o andamento do Salobo — que irá produzir 525 mil toneladas de concentrado de cobre por ano, oito toneladas de ouro, 37 toneladas de prata e 200 mil toneladas de ácido sulfúrico — a Vale, o BNDES e a Morro Velho contratarão sete mil pessoas nos primeiros quatro anos do projeto. Desse total, segundo o Ministério de Minas e Energia, pelo menos 1,5 mil empregos estarão garantidos a partir do quinto ano de atividade.

Na área de ferro, o principal mineral exportado pelo país, serão investidos US\$ 1,2 bilhão nos próximos dois anos. O maior dos projetos está sendo tocado pela MBR, do Grupo Caemi: são US\$ 400 milhões nas unidades de polietilização do ferro que vai para as siderúrgicas. A Samarco, por sua vez, está investindo US\$ 250 milhões na sua fábrica de polietilização localizada em Ubuí, no Espírito Santo. "Enfim, o Brasil mineral está renascendo para o mundo. Que venham os dólares", exulta Giovanni Toniatti.

Saída contra o desemprego

A enxurrada de dólares que está inundando o setor de mineração é apenas um dos pontos positivos que o governo está contabilizando. As empresas mineradoras são vistas como uma das principais saídas para o combate ao desemprego e para a redução dos saldos cada vez mais negativos da balança comercial.

"A força da mineração na economia é brutal. Pena que o País demorou tanto tempo para perceber isso", lamenta o secretário-adjunto de Minas e Metalurgia do Ministério de Minas e Energia, Luciano Borges, referindo-se aos quase dez anos que o Brasil ficou fechado ao capital estrangeiro.

Ele sabe do que fala. O setor mineral responde hoje por 10% das exportações brasileiras, com US\$ 5 bilhões. Com todos os investimentos que estão em andamento, Borges acredita que, em dez anos, será possível dobrar esse valor. Mas não é só: se levarmos em conta os setores da economia — siderurgia, metalurgia e construção civil, entre outros — que consomem matérias-primas das mineradoras, a força do setor bate em 32% da pauta das exportações do país.

Outro ponto importante: ao mesmo tempo em que as exportações de minérios tendem a crescer, o País deixará de importar vários produtos, ressalta Júlio Carvalho, diretor-financeiro da mineradora anglo-australiana RTZ. Um dos projetos da empresa, no Sul de Minas Gerais, permitirá, em dois ou três anos, no máximo, que o Brasil se torne auto-suficiente na produção de níquel e passe a exportar o excedente do produto.

Mas é no potencial de criação de empregos que o setor mineral mostra toda a sua força, acredita o diretor-geral do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPMP), Miguel Nazarrete. Com base em cálculos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ele conta que, para cada um emprego de uma mina, são criados outros 8,7 empregos indiretos, seja no comércio em volta da região mineradora, seja nas fábricas que produzem máquinas e

equipamentos para as atividades minerais.

"Esse potencial representa mais do que o dobro da capacidade da indústria em criar empregos e é mais forte do que na própria construção civil, apontado por muita gente como o setor que mais absorve mão-de-obra", afirma Nazarrete. Ele cita como exemplos a região de Itabira, em Minas Gerais, onde as minas da Vale contribuíram para a formação de um grande pólo industrial, e a de Minaçu, em Goiás, onde está instalada a única mina de amianto do Brasil.

BASE DO CRESCIMENTO
 Para o secretário Nacional de Minas e Metalurgia, Giovanni Toniatti, não há como se falar em crescimento econômico sem levar em conta o setor de mineração. "Como a indústria vai produzir eletrodomésticos se faltar minério de ferro, matéria-prima do aço?", indaga. Mas ele garante que, no que depender das mineradoras, as projeções de crescimento de 5% do Produto Interno Bruto (PIB) para este ano se confirmarão.

Há que se ressaltar, no entanto, que um país com ritmo baixo de crescimento inibe o setor mineral, ressalva Luciano Borges. Foi o que ocorreu na década de 80, quando o País enfrentou uma de suas maiores crises. Com as vendas das indústrias em baixa, as mineradoras viram seu faturamento despencar. Para contornarem a crise, a saída foi desovar os estoques no mercado internacional. Mesmo em períodos em que as cotações dos minérios estavam em baixa.

"Hoje estamos distante desse quadro", garante Borges, ressaltando que, em 1996, o faturamento das mineradoras atingiu US\$ 7,5 bilhões, com aumento de mais de 10% em relação ao ano anterior. As estimativas são de que esse percentual de crescimento se repita em 1997, com as companhias dobrando o faturamento nos próximos dez anos, isto é, atingindo receitas de US\$ 15 bilhões. (VN)

INVESTIMENTOS EM PROJETOS

OURO	FERRO	BAUXITA
<p>MINERAÇÃO STA. ELINA Investimentos de US\$ 51 milhões na implantação da Mina S. Francisco (MT), capacidade de produção de 4 milhões de t/ano ROM, início julho 97</p> <p>MINERAÇÃO STA. ELINA ASSOCIAÇÃO COMECHO BAY Investimentos de US\$ 300 milhões na implantação da mina Alto Horizonte (GO), com capacidade de produção de 5 t/ano de ouro e 50.000 t/ano de cobre.</p> <p>MINERAÇÃO MORRO VELHO Investimentos de US\$ 175 milhões na expansão da produção de 6,2 t/ano para 10 t/ano, na duplicação da Mina Cuiabá e prolongamento da Mina Grande.</p> <p>BARRICK Investimentos de US\$ 100 milhões na mina de Maria Preta (BA)</p> <p>RIO PARACATU MINERAÇÃO Investimentos de US\$ 65 milhões na ampliação da produção para 8,3 t/ano na Mina Morro do Ouro, em Paracatu (MG)</p> <p>CVRD Investimentos de US\$ 250 milhões em Serra Leste (PA), com capacidade de produção de 10 t/ano de ouro.</p>	<p>SAMARCO Investimentos de US\$ 250 milhões na expansão da pelotização que adicionará 5 milhões de t/ano de pelotas, em Ubuí (ES).</p> <p>CVRD EM ASSOCIAÇÃO COM A POHANG IRON AND STEEL COMPANY (CORÉIA DO SUL) Investimentos de US\$ 200 milhões para adicionar uma nova unidade de pelotização no Espírito Santo a fim de produzir 4 milhões de t/ano a partir de 1998.</p> <p>MBR Investimentos de US\$ 400 milhões nas unidades de Pelotização.</p> <p>BELGO MINEIRA Investimentos de US\$ 255 milhões na duplicação de pellets da Samarco.</p> <p>BELGO MINEIRA Investimentos de US\$ 30 milhões na aquisição de equipamentos nas minas da Samaítri.</p>	<p>MINERAÇÃO RIO DO NORTE Investimentos de US\$ 150 milhões na expansão da capacidade de produção de 8,7 milhões de t/ano para 9,7 milhões de t/ano.</p> <p>CBA Avaliando aumento na produção da mina para atender a expansão das metalúrgicas, de 220.000 t/ano para 360.000 t/ano.</p>
	<p>NIQUEL</p> <p>RTZ — MINERAÇÃO SERRA DA FORTALEZA Investimentos de US\$ 233 milhões na produção de 10.000 t/ano de níquel eletrolítico e vários subprodutos (ácido sulfúrico, cobalto, sulfato de cobre, metais do grupo da platina e ouro), com o início de produção previsto para 1998.</p>	<p>CAULIM</p> <p>RIO CAPIM CAULIM SA Investimentos de US\$ 500 milhões na implantação de um projeto para produzir 1.000.000 t/ano no Estado do Pará.</p> <p>PARÁ PIGMENTOS SA Investimentos de US\$ 200 milhões na ampliação de projeto para produzir 1.000.000 t em 1997. Em 1996 produziu 500.000 t, no Pará.</p> <p>CADAM Investimentos de US\$ 500 mil na ampliação da produção de 750.000 para 1.000.000, no Amapá.</p>
	<p>URÂNIO</p> <p>INB - INDÚSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL Investimentos de US\$ 23 milhões, em Caetité (BA), com previsão de 300 t/ano de urânio, início em 1998.</p>	<p>COBRE/OURO</p> <p>PROJETO SALOBO — ASSOCIAÇÃO DA CVRD, MORRO VELHO E BNDES Investimento de US\$ 1,5 bilhão. Começa a produzir em 2001 cobre, ouro e prata. 200.000 t/ano de cobre; 8 t/ano de ouro e 20 t/ano de prata.</p>

■ Além de investimentos no segmento de rochas ornamentais — granitos brasileiros, principalmente nos estados da Bahia, Ceará, Pernambuco e Espírito Santo, que são exportados, principalmente para a Europa e a Ásia.

Vale amplia parcerias

A possibilidade de a Companhia Vale do Rio Doce ter descoberto um novo Carajás — de onde sai a sua maior produção de ferro e ouro — está dominando a atenção dos investidores e do governo. Mas enquanto o relatório final das pesquisas não é divulgado, o que deverá ocorrer nos próximos seis meses, a empresa vai expandindo seus negócios. Principalmente em parceria com o capital estrangeiro, que já soma 90 empresas.

Desde o fim do ano passado, a Vale fechou três novos acordos. Um com a empresa sul-coreana Pohang Steel and Iron Company, para a construção de uma usina de pelotização do minério de ferro, em Vitória (ES), que absorverá investimentos de US\$ 250 milhões. Outro, com a Hyundai Corporation, num total de US\$ 500 milhões, para intensificar as exportações brasileiras de minérios, alumínio, celulose e madeira. O terceiro acordo, fechado com a americana Phelps Dodge, prevê a aplicação de US\$ 9,5 milhões em pesquisas nas regiões de Sossego e Liberdade, em Carajás, no Pará.

As mineradoras estrangeiras estão, também, se aventurando em projetos solo no país. É o caso da maior empresa do setor no mundo, a anglo-australiana RTZ, que programou investimentos de mais de US\$ 300 milhões para os próximos dois anos. O projeto mais ambicioso da RTZ está situado na cidade de Fortaleza de Minas (MG). Ali, a companhia está aplicando US\$ 250 milhões na construção de uma mina de níquel. Serão extraídas dez mil toneladas do minério por ano, resultando em faturamento anual de R\$ 100 milhões. Ou seja, em dois anos e meio o projeto estará pago.

Outro empreendimento da RTZ — que admite o interesse em arrematar parte das ações da Vale do Rio Doce, no processo de privatização da companhia — está avaliado em US\$ 65 milhões. Nesse caso, porém, a empresa conta com a parceria do Grupo TVX, do empresário Elke Batista, que ficou com 49% das ações. Juntos, estão explorando uma mina de ouro em Paracatu, em Minas, que já em 1998 estará produzindo 8,5 toneladas do metal.